PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
QUINTA CÂMARA CRIMINAL

AGRAVO DE EXECUÇÃO Nº 0259741-52.2018.8.19.0001

AGRAVANTE: GABRIEL DOS SANTOS SOUZA

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATORA: DES. DENISE VACCARI MACHADO PAES

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO. REGIME ABERTO. REQUISITOS LEGAIS. MANUTENÇÃO.

A execução da pena privativa de liberdade é realizada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso (artigo 112 da Lei da Execução Penal), desde que atendidos os requisitos objetivo (tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, enquanto o § 2º do artigo 2º da Lei 8072/90 impõe o resgate de 2/5 (dois quintos) da pena no regime anterior quando da prática de crime hediondo, ou 3/5 (três quintos) no caso de reincidente) e subjetivo (bom comportamento carcerário) para a concessão do benefício.

E a progressão do regime semiaberto para o aberto impõe, ainda, a observância dos requisitos do artigo 114 do mesmo diploma legal: I - ESTIVER TRABALHANDO OU COMPROVAR A POSSIBILIDADE DE FAZÊ-LO IMEDIATAMENTE; II - APRESENTAR, PELOS SEUS ANTECEDENTES OU PELO RESULTADO DOS EXAMES A QUE FOI SUBMETIDO, FUNDADOS INDÍCIOS DE QUE IRÁ AJUSTAR-SE, COM AUTODISCIPLINA E SENSO DE RESPONSABILIDADE, AO NOVO REGIME. E, no caso, o agravante foi condenado, por decisão transitada em julgado, à pena de 25 anos de reclusão pela prática do crime hediondo de latrocínio, em regime inicial fechado, dos quais cumpriu 11 anos, 4 meses e 5 dias, remanescendo ao penitente a expiação de 13 anos e 7 meses e 25 dias, conforme Atestado de Pena gerado em 05/03/2018 (fls. 17/18 – item 000002), constando que obteve a progressão para o regime semiaberto na data de 16/01/2014, tendo implementado o lapso temporal necessário para alcançar o regime aberto desde 18/09/2015. Mas, a despeito de preencher o requisito objetivo para obtenção do regime

aberto, não há comprovação do recorrente ter preenchido o requisito subjetivo para a pretendida progressão, não bastando para tanto a classificação no índice excepcional desde 25/04/2009, como consta em sua TFD, sobretudo ao se considerar **o teor do Relatório Social e do Parecer Psicológico que não podem ser tidos como favoráveis à mudança de regime**. Ademais, observa-se da leitura do Parecer Psiquiátrico que não há qualquer menção à situação individual do apenado, tampouco, sua maturidade, disciplina, capacidade de suportar frustrações – constituindo-se de um simples formulário com marcação de x, sem qualquer justificativa. E considerando que tais documentos datam do ano de 2017, recomenda-se, como bem pontuou o *Parquet* de 1º grau (fls. 47/49 – item 000002), a submissão do condenado ao exame criminológico a fim de aferir se adquiriu senso de responsabilidade e autodisciplina para ajustar-se ao novo regime.

RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução nº **0259741-52.2018.8.19.0001**, em que são agravante **GABRIEL DOS SANTOS SOUZA** e agravado o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, **CONHECER O RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO**, RECOMENDANDO-SE AO JUIZ A QUO A SUBMISSÃO DO AGRAVANTE AO EXAME CRIMINOLÓGICO PARA MELHOR AVALIAÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO PARA OBTENÇÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo interposto contra a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais (fls. 13/15 - item 000002), que indeferiu a progressão de regime, do semiaberto para o aberto, sob o fundamento de que “a condenação ora executada se deu por crime grave, que ensejou uma alta pena, torna indene de dúvidas de que a progressão de regime neta oportunidade se mostra incompatível com os objetivos da pena, havendo risco de reiteração delitiva”

Aduziu o agravante em suas razões recursais (fls. 05/12 - item 000002) que: 1) por falta de previsão legal, a gravidade do delito e a extensão da pena não impedem a progressão para o regime aberto; 2) o apenado implementou o lapso de cumprimento necessário da pena no regime anterior em 18/09/2015, portanto, há mais de dois anos e meio, e possui excepcional comportamento carcerário desde 2009, nunca praticou transgressão disciplinar e seus exames criminológicos não indicaram qualquer impedimento concreto de ordem social, psicológica e psiquiátrica; 3) não há qualquer razão concreta exposta nos autos capaz de evidenciar que o apenado não ostenta responsabilidade e autodisciplina; 4) o indeferimento da progressão NÃO é compatível com a função social da pena e tampouco com a finalidade de integração social do condenado. Ao contrário disso, retira do agravante, que se encontra em evoluído processo de ressocialização, o direito de reintegrar-se à sociedade, atribuindo caráter meramente retributivo à pena e 5) requereu o provimento do recurso, com o deferimento do regime aberto.

Parecer recursal do *Parquet* (fls. 47/49 - item 000002), pugnando pela manutenção da decisão guerreada, sem prejuízo da realização de novo exame criminológico a fim de avaliar o requisito subjetivo por ocasião de eventual novo pedido de PRA-PAD.

Em sede de retratação (fls. 53 - item 000002), o Juízo *a quo* manteve a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

A Procuradoria de Justiça (fls. 60/63 – item 000060), assim, se manifestou: 1) a acurada análise das razões recursais do agravante revela que o Juízo *a quo* se pautou por fundamentos genéricos sobre a gravidade do crime perpetrado pelo agravante, bem como pelo fato de vislumbrar ser precoce a concessão do benefício, diante da longa pena ainda a cumprir, o que, a seu ver, constitui forma de frustração dos objetivos da execução penal; 2) o agravante possui comportamento carcerário classificado como “excepcional” desde 2009, não tendo praticado qualquer falta grave nos últimos doze meses; 3) assim, tendo o apenado reunido os requisitos legais para obter a progressão de regime prisional, não há como se negar o benefício e 4) pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

O recurso será conhecido e desprovido.

Veja-se:

A execução da pena privativa de liberdade é realizada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, consoante determina o artigo 112 da Lei da Execução Penal, desde que atendidos os requisitos objetivo (ter cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, enquanto o § 2º do artigo 2º da Lei 8072/90¹ impõe o resgate de 2/5 (dois quintos) da pena no regime anterior quando da prática de crime hediondo, ou 3/5 (três quintos) no caso de reincidente) e subjetivo (bom comportamento carcerário) para a concessão do benefício.²

E a progressão do regime semiaberto para o aberto impõe, ainda, a observância dos requisitos do artigo 114 do mesmo diploma legal: **I - ESTIVER TRABALHANDO OU COMPROVAR A POSSIBILIDADE DE FAZÊ-LO IMEDIATAMENTE; II - APRESENTAR, PELOS SEUS ANTECEDENTES OU PELO RESULTADO DOS EXAMES A QUE FOI SUBMETIDO, FUNDADOS INDÍCIOS DE QUE IRÁ AJUSTAR-SE, COM AUTODISCIPLINA E SENSO DE RESPONSABILIDADE, AO NOVO REGIME.**

No caso, o agravante foi condenado, por decisão transitada em julgado, à pena de 25 anos de reclusão pela prática do crime hediondo de latrocínio, em regime inicial fechado, dos quais cumpriu 11 anos, 4 meses e 5 dias, remanescendo ao penitente a expiação de 13 anos e 7 meses e 25 dias, conforme Atestado de Pena gerado em 05/03/2018 (fls. 17/18 – item 000002). Ademais, consta que obteve a progressão para o regime semiaberto na data de 16/01/2014, tendo implementado o lapso temporal necessário para alcançar o regime aberto desde 18/09/2015.

Importante consignar que o crime foi cometido em 23/11/2006, antes de vigorar a Lei n.º 11.464/2007, que alterou a Lei n.º 8.072/90, e estabeleceu que os condenados por crime hediondo deveriam observar, para fins de progressão de regime

¹ Art. 2º. (...) § 2º. A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

² Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

prisional, as frações de 2/5 (primário) e 3/5 (reincidente), daí porque o percentual a ser, aqui, observado, é o de 1/6 (um sexto), conforme orientação da Súmula 471 do Superior Tribunal de Justiça: **Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei n. 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para a progressão de regime prisional.**

Mas, a despeito de preencher o requisito objetivo temporal para a obtenção do regime aberto, não há comprovação de que tenha atendido o requisito subjetivo para a pretendida progressão, tal como concluiu a Juíza *a quo* que fez consignar na decisão vergastada: “no exame acostado aos autos, verifica-se que o apenado apresentou inquietude, discurso delirante, histórico de agressividade e informou que nem sequer recebe visitas de familiares” (fls. 20 – item 000002), **não bastando para tanto a classificação no índice excepcional desde 25/04/2009, como consta em sua TFD (fls. 25 – item 000002) sobretudo, ao se considerar o teor do Relatório Social (fls. 29 – item 000002) e do Parecer Psicológico (fls. 30 – item 000002), tendo o primeiro consignado: INTERNO C/28 ANOS, S/FILHOS, DIZ NÃO HAVER MOTIVOS P/A PRÁTICA DO DELITO, ENTRETANTO, NA ÉPOCA FAZIA USO DE DROGAS E ANDAVA EM MÁIS COMPANHIAS. HOJE DIZ TER AMADURECIDO E TEM PLANOS DE VOLTAR A TRABALHAR C/O PAI NA FIRMA DE REFRIGERAÇÃO. APRESENTA DISCURSO PARCIALMENTE ORIENTADO C/ FALA CLARA, REPETITIVA, GESTOS LARGOS E RISOS IMOTIVADOS. INFORMA NÃO FAZER USO DE MEDICAÇÃO CONTROLADA, constando no segundo: NO MOMENTO, NÃO TEM CONTATO COM A FAMÍLIA**, e, no campo Aspectos Psicológicos: APRESENTOU-SE INQUIETO, LOQUAZ, COM DISCURSO DELIRANTE, HISTÓRIA DE AGRESSIVIDADE E ATENDIMENTOS NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SIC. NÃO SABE INFORMAR O TELEFONE DA FAMÍLIA E NÃO ESTÁ RECEBENDO VISITAS. FEITO AGENDAMENTO PARA AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA, que não podem ser tidos como favoráveis para a mudança de regime.

Ademais, observa-se da leitura do Parecer Psiquiátrico (fls. 31 – item 000002) que não há qualquer menção à situação individual do apenado, tampouco à sua maturidade, disciplina, capacidade de suportar frustrações – constituindo-se de um simples formulário com marcação de x, sem qualquer justificativa, conforme colacionado abaixo:

PARECER PSQUIÁTRICO (PR/ONLINE/DEP/00894)

I – Identificação Sumária:

Nome: **GABRIEL DOS SANTOS SOUZA** RG: **21.501.988-6**
Unidade atual: **SEAP-PC** Artigo (s): **Art. 157, § 3º, do CPB**

III – Exame Psiquiátrico:

1 – Quadro psicopatológico no momento:

Sem alteração
 Com alteração. Quais? _____

2 – Parecer psiquiátrico no momento:

Existe patologia psiquiátrica que impeça o benefício. Qual? _____

Não existe patologia psiquiátrica que impeça o benefício.

OBS.: cabe ressaltar que exame foi realizado numa única entrevista e portanto, não tem a pretensão de prever conduta futura nem tampouco garantir a cessação de periculosidade.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2017.

Neste passo, considerando os elementos informativos acerca do agravante contido em tais documentos, que datam do ano de 2017, aliado ao fato de que se trata de crime hediondo, de maior gravidade, em que é presumida a periculosidade do agente, recomenda-se, como bem pontuou o *Parquet* de 1º grau (fls. 47/49 – item 000002), a submissão do condenado ao exame criminológico a fim de aferir se adquiriu senso de responsabilidade e autodisciplina para ajustar-se ao novo regime, colacionando-se, aqui, a seguinte lição doutrinária: “(...) Não há óbice, também, à realização do exame previamente à decisão sobre a progressão ao regime abeto na existência de razões para dúvida quanto à probabilidade do condenado às normas que o regem e ao convívio social (art. 114, II)”. (Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini. Execução penal, 14. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018. pág. 471).

DISPOSITIVO

Por tais razões, **VOTO NO SENTIDO DE CONHECER O RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, RECOMENDANDO-SE AO JUIZ A QUO A SUBMISSÃO DO AGRAVANTE AO EXAME CRIMINOLÓGICO PARA MELHOR AVALIAÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO PARA OBTENÇÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME.**

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2019.

DENISE VACCARI MACHADO PAES
DESEMBARGADORA RELATORA